



Relatório Executivo

**Comitê para Revitalização das Atividades de
Exploração e Produção de Petróleo e Gás
Natural em Áreas Terrestres
REATE 2020**

Relação dos Participantes nomeados pela Portaria MME nº 61, de 06 de fevereiro de 2020, e Portaria MME nº 219, de 18 de maio de 2020, para compor o Comitê para Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres instituído pela Resolução CNPE nº 27, de 12 de dezembro de 2019.

Coordenação	Empresa/Instituição
Lucas Mota de Lima	MME
Carlos Agenor Onofre Cabral	MME

Participantes	Empresa/Instituição
Gustavo Henrique F.	CCPR
Alexandre Gheventer	CCPR
Claudio Evangelista de Carvalho	ME
Gustavo Gonçalves Manfrim	ME
Jonatas Souza da Trindade	MMA
Regis Fontana Pinto	MMA
Leonardo Monteiro Caldas	ANP
Mariana Cavadinha Costa da Silva	ANP
Thiago Luís dos Santos Pinto	CADE
Felipe Mundim	CADE
Marcos Frederico Farias de Souza	EPE
Regina Freitas Fernandes	EPE

The image features three wavy, overlapping lines that sweep across the page from left to right. The top line is a muted grey, the middle line is a vibrant green, and the bottom line is a deep blue. They all exhibit a similar wave-like pattern, with the grey line having the highest amplitude and the blue line the lowest.

REATE 2020

INTRODUÇÃO

A Resolução CNPE nº 27, de 12 de dezembro de 2019, criou o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE 2020), e instituiu no âmbito do programa, o Comitê para Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres.

O programa REATE 2020 foi criado com o propósito de buscar avançar ainda mais na implementação de uma política nacional que fortaleça a atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres no Brasil de modo a estimular o desenvolvimento de uma indústria de E&P terrestre forte e competitiva, com produção crescente e com pluralidade de operadores e fornecedores de bens e serviço

O Comitê foi criado com o objetivo de propor medidas de estímulo à atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres e em suas cadeias de valor e produtivas, especificamente sobre: diretrizes de política energética e aperfeiçoamento regulatório; promoção de boas práticas e harmonização dos procedimentos de licenciamento ambiental, inclusive a elaboração de guia de orientação para agentes econômicos; fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação; promoção da livre concorrência, em especial no que tange à comercialização de petróleo; e estruturação de estudos do potencial de petróleo e gás natural.

O Comitê contou com a participação de representantes indicados pelo Ministério de Minas e Energia, que o coordenará, pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Economia, pelo Ministério do Meio Ambiente, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica e pela Empresa de Pesquisa Energética- EPE, além da participação de especialistas e representantes de entidades públicas e privadas. Os representantes de cada instituição foram nomeados pela Portaria MME nº 61, de 06 de fevereiro de 2020.

A primeira ação do Comitê, foi a criação de quatro subcomitês com o objetivo de atender as competências, e os objetivos estratégicos estabelecidos pelo programa, descritos na Resolução CNPE. Foram definidas ações prioritárias a serem implementadas em quatro frentes de trabalho, com coordenações específicas: Licenciamento Ambiental; PD&I, Regulação e Políticas Públicas; Potencial de Óleo e Gás Onshore; e a Promoção da Concorrência e da Competitividade.

O **Subcomitê do licenciamento ambiental**, cujo relatório encontra-se em anexo, foi coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e teve como objetivo, propor em articulação com entes federativos, instituições e conselhos governamentais e associações representativas do setor produtivo, subsídios técnicos para a promoção da simplificação e harmonização dos procedimentos de licenciamento ambiental para fomentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural em áreas terrestres.

O **Subcomitê de PD&I, Regulação e Políticas Públicas**, cujo relatório encontra-se em anexo, foi coordenado pela ANP e teve como objetivo a proposição de projetos e políticas públicas de fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) em áreas terrestres; recomendações e ações de cunho regulatório voltadas para a simplificação e dinamização das atividades de E&P; e medidas visando aumento da atratividade para investimentos em exploração e produção em bacias de fronteira exploratória. Cabe registrar que algumas das iniciativas de estudos propostas pelo Subcomitê já surtiram efeitos práticos, o que demonstra o compromisso e a efetividade do Programa Reate na busca por resultados concretos para atingir seus objetivos

O **Subcomitê do Potencial de Óleo e Gás Onshore**, cujo relatório encontra-se em anexo, foi coordenado pela EPE e objetivou a estruturação de estudos de potencial técnico, econômico e de mercado de petróleo e gás das bacias sedimentares terrestres brasileiras; apresentar soluções tecnológicas que viabilizem a monetização onshore; a indicações de áreas para estocagem subterrânea de gás natural, e o desenvolvimento de um plano de comunicações para desmistificar o tema da exploração e produção de recursos não convencionais.

O **Subcomitê de Promoção a Livre Concorrência**, cujo relatório encontra-se em anexo, foi coordenado pelo Ministério da Econômica e teve como finalidade a realização de estudos acerca das condições de concorrência na exploração e produção de petróleo e gás em campos terrestres, em particular, na comercialização de petróleo, e proposição e recomendações de medidas de promoção à concorrência.

Assim, o objetivo deste Relatório Executivo é apresentar de forma simplificada as deliberações, encaminhamentos e proposições resultantes dos trabalhos deste Comitê.

Cabe ressaltar que este Relatório Executivo não tem o objetivo de exaurir as discussões sobre todos os pontos discutidos e tratados nos subcomitês. Informações mais detalhadas podem ser encontradas nos relatórios de cada subcomitê apresentado nos Anexos.

DELIBERAÇÕES

Na tabela a seguir, encontram-se de forma simplificada e objetiva as deliberações de todos subcomitês contendo objetivo e visão.

DELIBERAÇÕES	OBJETIVO	VISÃO
<p>Elaboração Caderno de Boas Práticas para o licenciamento Ambiental <i>Onshore</i></p>	<p>Com o objetivo estratégico de propor boas práticas, simplificação e harmonização dos procedimentos de licenciamento ambiental, será elaborado caderno de boas práticas para o licenciamento ambiental onshore buscando o aprimoramento da gestão regulatória e ambiental de forma a simplificar, e customizar o processo de licenciamento.</p> <p>O caderno de boas práticas será coordenado pelo MME, IBP e ABPIP com a participação do MMA, OEMAS, ABEMA, , Ministério da Economia, Casa Civil, ANP, EPE.</p>	<p>Tendo em vista o aumento de atividades previstas pelas medidas a serem implementadas pelo REATE 2020, há a necessidade de se observar que o licenciamento ambiental não seja uma etapa limitante para o processo. Desta forma, a harmonização dos procedimentos de licenciamento ambiental decorrente da implementação do caderno de boas práticas do licenciamento ambiental pode, além da simplificação, -dar maior aderência e robustez a todo o processo, garantindo agilidade no processo de análise pelo Órgão Ambiental, pois aumenta-se a certeza de que todos os aspectos ambientais estão corretamente endereçados, e, com isso, ganhos socioambientais serão atingidos pela geração-de renda e aumento da capacidade para o desenvolvimento das regiões onde as atividades serão inseridas, contribuindo para a elevação do IDH, diversificação das atividades, geração de emprego e renda, como também pelo incremento da geração de tributos e participações governamentais, beneficiando Estados e municípios. Por se tratar de atividades de produção em zonas rurais, existe também o pagamento aos superficiários de percentil da receita bruta, o que fortalece as atividades da agricultura de subsistência.</p>
<p>Lista de Temas prioritários de interesse nacional, voltados a cadeia de valor das atividades de E&P de petróleo e gás natural onshore</p>	<p>A lista de temas prioritário será elaborada para que as empresas tenham como verificar a existência de sinergias em termos de demanda por novas tecnologias e conhecimentos entre os temas relacionados e as suas estratégias e demandas relativas a atividades de PD&I.</p>	<p>Apresentar para as empresas petrolíferas uma relação de temas prioritários de interesse nacional voltados a cadeia de valor <i>onshore</i>. Com isso, essas empresas têm como verificar a existência de sinergias em termos de demanda por novas tecnologias e conhecimentos entre os temas relacionados e as suas estratégias e demandas relativas a atividades de PD&I.</p>
<p>Fast track voltados para cadeia de valor de O&G onshore</p>	<p>Os temas prioritários de interesse nacional serão enquadrados em uma lista <i>Fast Track</i>, no âmbito do processo de autorização, com o objetivo de buscar o engajamento e a adesão de empresas petrolíferas com obrigação de investimento em PD&I decorrente da cláusula para a realização de projetos dentro dos temas de interesse nacional.</p>	

DELIBERAÇÕES	OBJETIVO	VISÃO
Programa Selo REATE	Identificar e fomentar projetos com as instituições de Pesquisa/Acadêmica que estimulem o aumento do conhecimento das bacias sedimentares terrestres e dos outros temas prioritários voltados à cadeia de valor das atividades de E&P de petróleo e gás natural <i>onshore</i> .	Fomentar o número de projetos, voltados a cadeia de valor de O&G <i>onshore</i> , desenvolvidos nos Institutos de Ciência e Tecnologias – ICTs.
Desenvolver Políticas públicas para Estimular Investimento em PD&I <i>Onshore</i>	A forma de fomento e estímulo destes projetos <i>onshore</i> devem incidir nas parcelas de investimento das próprias empresas, de forma a não prejudicar as verbas destinadas as Universidades. Um exemplo de forma de fomento seria a aplicação de um percentual adicional para abatimento de verba da clausula para cada real aplicado no <i>onshore</i> .	Estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias para o setor por motivar as empresas petrolíferas com essa obrigação contratual a realizarem projetos dentro de áreas e temas de interesse dessas atividades.
Revisão regulatória no âmbito da TPC 08/2018 e Edição de Resolução para enquadramento de campos como marginais	Incentivos a E&P para pequenas e médias empresas e a campos marginais	Busca do aprimoramento da gestão regulatória e contratual buscando simplificar, agilizar e tornar a indústria de O&G terrestre mais dinâmica e competitiva.
Simplificação e consolidação dos atos regulatórios afetos às atividades de E&P <i>onshore</i>	Objetivando incentivos e redução do custo regulatório nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção em áreas terrestres	

DELIBERAÇÕES	OBJETIVO	VISÃO
Medidas visando aumento da atratividade para investimentos em exploração e produção em bacias de fronteira exploratória	Medidas para tornar os contratos e editais mais atrativos, em especial para bacias de novas fronteiras	
Plano de Trabalho para Mapeamento das bacias sedimentares terrestres	Mapeamento das bacias sedimentares terrestres, em especial ao estudo do potencial de geração de hidrocarboneto das bacias sedimentares estratégicas.	Este projeto facilitará a entrada de pequenas e médias empresas através de análises criteriosas das áreas, tornando as bacias sedimentares atrativas e oferecendo mais informações de maneira isonômica nas rodadas de licitações. Já que muitas vezes, os estudos iniciais para a avaliação de áreas exigem um montante de capital e disponibilidade de mão de obra especializada acima do que estas empresas suportam
Doing Business with Brazilian onshore environment	Atrair empresas e investimentos externos para o ambiente <i>onshore</i> brasileiro. Mostrar ao mundo o novo ambiente de negócios que está sendo construído para a E&P <i>onshore</i> .	O MME e a FGV Energia, uniram forças para montar este livreto, em busca por conhecimento e pela disseminação informações, de maneira imparcial para o bem público. O momento não poderia ser mais desafiador para a produção terrestre de petróleo e gás. O Programa REATE 2020 precisa de discussões regulatórias incessantes e vigilância constante, pensamento científico e análises críticas.

DELIBERAÇÕES	OBJETIVO	VISÃO
Nota Técnica de Alternativas Tecnológicas de Monetização de Gás Natural <i>Onshore</i> no Brasil	Descrever as principais alternativas disponíveis para a monetização do gás natural proveniente de projetos <i>onshore</i> , assim como a implementação de algumas alternativas não diretamente ligadas à venda do gás natural em si (injeção, GTW, GTC).	Na próxima década, os condutores de crescimento da produção de gás natural <i>onshore</i> (em terra) no Brasil se referem principalmente às acumulações terrestres das Bacias do Solimões, Amazonas, Parnaíba e Recôncavo
Relatório de Indicação de Áreas para Avaliação da Estocagem Subterrânea de Gás Natural	Apresentar análises de regiões que tenham maior aderência, aos parâmetros indicados, para Estocagem Subterrânea de Gás Natural em campos depletados. E serão elaborados mapas com foco nas áreas de maior interesse que possam servir como ponto de partida para a realização de estudos aprofundados pelas empresas interessadas.	Potencial de promover flexibilidade e serviços de balanceamento para os mercados de gás natural, além de uma maior segurança no suprimento, principalmente nos casos em que ocorrem variações sazonais e mesmo intradiárias na oferta e na demanda de gás. Pode também ser utilizada como estratégia para otimizar a compra e a venda de cargas de gás natural para arbitragem de preços, obtendo-se o insumo quando seu preço estiver mais baixo no mercado internacional, e tornando a vendê-lo quando está com preços mais elevados.

DELIBERAÇÕES	OBJETIVO	VISÃO
Plano de Comunicação sobre Atividades de Exploração e Produção de Recursos Não Convencionais - PCRNC	Execução de um plano de comunicação, de abrangência nacional, não descuidando dos aspectos regional e local, que divulgue informações sobre este tipo de recurso a vários segmentos da sociedade, considerando as especificidades das condições geológicas, ambientais, sociais, econômica e de infraestrutura brasileiras.	Ampliar o conhecimento sobre os recursos não convencionais, principalmente para os órgãos ambientais, entre os entes públicos e a toda sociedade civil. Criar condições para a exploração de recursos não convencionais, de maneira a permitir a avaliação do potencial de produção no País.
Necessidade de avaliar uso das notas fiscais de venda como base de cálculo da cobrança de royalties para petróleo, como alternava ao preço de referência, para as empresas de pequeno e médio porte no setor de petróleo e gás	Avaliar: i) se problemas apresentados pelos produtores <i>onshore</i> requerem alteração normativa; ii) segurança jurídica de eventual alteração; iii) impacto fiscal da alteração.	Oitivas revelaram que o tema é uma preocupação dos agentes e, por isso merece avaliação, mas abrangendo as questões citadas.
Propor que tema contratação de serviço de Refino seja objeto da agenda regulatória da ANP	Avaliar alternativas de flexibilização das regras dessa contratação e, eventualmente, de outras relativas à comercialização de petróleo e derivados por agentes da cadeia produtiva de petróleo.	Flexibilização tem potencial de diversificar perfil de demanda do produtor <i>onshore</i> , contribuindo para desenvolvimento do mercado. Quanto maior a flexibilização, maior será o incentivo à diversificação da demanda e respectivos benefícios, reconhecendo-se que podem existir condições de contorno a serem consideradas nessa flexibilização – como a capacidade de fiscalização da agência reguladora, entre outras.
Plataforma Eletrônica de Comercialização	Criação de Plataforma Eletrônica de Comercialização pelo mercado com objetivo de aproximar a oferta e a demanda do segmento <i>onshore</i> , além de garantir segurança no processo de pagamento, e mitigar risco de pagamento relacionado aos novos entrantes.	Desenvolvimento do setor de petróleo, com aumento do número de players nas várias etapas da cadeia produtiva, levará ao amadurecimento do mercado propicia criação de novos instrumentos financeiros e arranjos comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Comitê, no âmbito do Programa REATE 2020, objetivou propor medidas de estímulo à essa atividade em áreas terrestres e em suas cadeias de valor e produtivas. Considera-se que as atividades de E&P em terra, bem como sua cadeia de valor, desempenham um papel social relevante no País, especialmente nas Regiões Interioranas do Nordeste, impactando diretamente o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades locais.

Assim, considera-se que os resultados esperados com as deliberações encaminhadas por esse Comitê estejam alinhados com as diretrizes da Política Nacional de E&P de Petróleo e Gás Natural dispostas na Resolução CNPE nº 17, de 8 de junho de 2017. Complementarmente, aspira-se que os impactos dessa atividade atraiam maiores investimentos para o setor petrolífero terrestres, bem como desenvolvimento de nossas reservas, gerando emprego, renda e favorecendo o desenvolvimento de uma indústria de E&P terrestre forte e competitiva, com produção crescente e com pluralidade de operadores e fornecedores de bens e serviços.

Todos as deliberações e encaminhamentos frutos dos trabalhos deste Comitê serão implantados e acompanhados pela segunda fase do programa REATE 2020 a ser criada pelo Ministério de Minas e Energia. Além da nova etapa do programa ter o objetivo de implementar e monitorar os andamentos das medidas propostas pelo Comitê, tal etapa também será um fórum permanente de articulação regional para condução de temas estruturantes da cadeia de petróleo e gás natural no âmbito do Programa REATE 2020.

Os objetivos estratégicos da criação desse fórum regional de atuação permanente são:

- Equacionar os desafios relacionados a cadeia de petróleo e gás natural terrestre a nível estadual com os diversos atores envolvidos, visando o desenvolvimento de um melhor ambiente para negócios, em linhas com a política nacional de petróleo e gás natural;
- Manutenção da transparência, articulação, comunicação e do engajamento dos atores envolvidos com o *onshore* brasileiro em torno da revitalização das atividades em áreas terrestres; e
- Ser a extensão temporal do REATE 2020, como braço executivo para a definição de eventuais estratégias para o enfrentamento de desafios regionais no que tange o aperfeiçoamento do arcabouço legal e regulatório da atividade de petróleo e gás terrestre, além de buscar reciclar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos necessários à manutenção e ao aprimoramento da segurança técnica, ambiental, econômica e jurídica dessa atividade.

Assim, o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres ganha mais um exitoso capítulo na construção e desenvolvimento de uma política nacional voltada ao fortalecimento de um a indústria *onshore*, e suas cadeias de valor e produtivas, forte e competitiva.

ANEXOS

Relatório Subcomitê I - Licenciamento Ambiental

Relatório Subcomitê II - PD&I, Regulação e Políticas Públicas

Relatório Subcomitê III – Plano de Trabalho Potencial de Óleo e Gás *Onshore*

Relatório Subcomitê III – Soluções Tecnológicas para Monetização de Gás Natural em terra

Relatório Subcomitê III – Plano de Comunicação Recursos Não Convencionais

Relatório Subcomitê III – Estocagem Subterrânea de Gás Natural

Relatório Subcomitê III – Resumo Bibliográfico das Bacias *Onshore*

Relatório Subcomitê IV - Promoção a Livre Concorrência



REATE 2020

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM ÁREAS TERRESTRES